

A campanha de vacinação contra a gripe será encerrada nesta sexta-feira (15) em todo o país. Cerca de 13 milhões de pessoas que fazem parte do público-alvo ainda precisam ser imunizadas. Devem receber a dose crianças de 6 meses a menores de 5 anos, idosos a partir de 60 anos, trabalhadores da saúde, professores, povos indígenas, gestantes, puérperas, pessoas privadas de liberdade e funcionários do sistema prisional.

'Sem imprensa livre, Justiça e Estado não funcionam bem', diz Cármen Lúcia

A presidente do STF e do CNJ, ministra Cármen Lúcia, afirmou ontem (11), que sem uma imprensa livre a Justiça e o Estado "não funcionam bem". A fala, que abordou a vigência da Constituição e o papel do jornalismo nas últimas três décadas, abriu o seminário '30 anos sem Censura - A Constituição de 1988 e a liberdade de imprensa', organizado pelo CNJ. O evento marca a divulgação de estudo sobre ações judiciais contra veículos de comunicação, que envolvem liberdade de imprensa. Realizado pelo Departamento de Pesquisas

Judiciárias do CNJ, a pesquisa aponta que a Justiça Eleitoral é responsável por 25% desses processos. A maioria, 68,7%, tramita na Justiça Estadual. O estudo é baseado em 2.373 processos. De acordo com o CNJ, estima-se que o recorte corresponda a apenas 4,5% do universo de casos existentes sobre este tema no Brasil.

Propostas geralmente por candidatos ou partidos políticos, mais da metade das ações refere-se a danos morais e a questões relacionadas ao direito eleitoral, "questionando matérias que teriam prejudicado a sua imagem junto ao

eleitorado", aponta a pesquisa. Entre as principais motivações das ações estão difamação, violação à legislação eleitoral e violação à privacidade. Ainda de acordo com o estudo, a maior incidência de processos está no Estado do Rio de Janeiro, com o dobro da média nacional em casos por cem mil habitantes.

"Continuamos a discutir em como manter a garantia das liberdades, incluída aí a liberdade de expressão. O seminário é um espaço de não apenas divulgação da pesquisa, mas de observações, pensamentos e reflexões sobre esse importantíssimo tema", disse Cármen



Cármen Lúcia destacou que, apesar da "plena" democracia, o Brasil é muitas vezes lembrado como um dos países onde a profissão de jornalista é mais agredida.

Lúcia, destacando que, apesar da "plena" democracia, o Brasil é muitas vezes lembrado como um dos países onde a profissão

de jornalista é mais agredida. "Acredito no Brasil em que cada cidadão possa exercer sua liberdade de forma crítica e

bem informada", afirmou a ministra, apontando que a mídia tem um papel "fundamental" para este quadro (AE).

Aumento de pontes entre Brasil e Paraguai

Cesar Hiberó/PR



Presidente Temer e o presidente eleito do Paraguai, Mario Abdo Benítez, durante encontro no Palácio do Planalto.

A construção de pontes entre o Paraguai e o Brasil e a cooperação para o combate ao crime organizado, narcotráfico e lavagem de dinheiro foram temas tratados ontem (11) em reunião entre o presidente Michel Temer e o presidente eleito do Paraguai, Mario Abdo Benítez. O Brasil foi o destino da primeira viagem de Abdo ao exterior após a eleição. Ele toma posse no dia 15 de agosto, em Assunção, para um mandato de cinco anos.

O presidente eleito do Paraguai disse ter feito a Temer a proposta de "aprofundar o processo" para a construção de quatro pontes de ligação entre os países. A construção das

pontes é uma demanda antiga do país vizinho. "Temos projetos de construção de quatro pontes que vão ser fundamentais para aumentar nossa competitividade e conectividade. A última ponte construída entre Paraguai e Brasil foi há 53 anos, que foi a Ponte da Amizade. É inaceitável que com todo o comércio e oportunidades que temos juntos tenhamos apenas uma ponte", disse Abdo.

Benítez relatou que também conversou com Temer sobre a necessidade de fortalecer a ação coordenada em parceria com o governo brasileiro para combater o crime organizado, o narcotráfico e lavagem de dinheiro (ABR).

Construção civil reclama preços do cimento e do aço

Brasília - A lista de insatisfeitos com a política de preços da Petrobras continua crescendo. Após caminhoneiros, o setor da construção civil foi ao Palácio do Planalto reclamar diretamente com o presidente Temer dos reajustes frequentes pela estatal petroleira. O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (CBIC), José Carlos Martins, deu como exemplo o aumento recente de 5% no preço do cimento e de 3% no aço gerado em razão dos combustíveis mais caros.

Após a reunião com Temer, Martins alertou aos jornalistas que, se a política de preços da Petrobras for mantida, será preciso adotar algum ajuste para que "as construtoras sobrevivam". O grande problema levado a Temer é o descasamento entre custos em alta e a dificuldade contratual de repassar o aumento aos clientes.

O caso mais grave ocorre nas obras do setor público.

"Como eu vou incluir no preço de um projeto um aumento de 20% ou 30% como ocorrido recentemente? O Tribunal de Contas da União (TCU) certamente vai dizer que é superfaturado", disse, ao citar como exemplo grandes obras. No caso das pessoas físicas, construtoras podem repassar o aumento a cada ano. "Tenho que esperar 12 meses. Não há empresa que agente", reclamou.

"Não tem como prever algo tão maluco como essa política de preços. É preciso ter o mínimo de previsibilidade", disse, ao reclamar do monopólio da Petrobras no setor do petróleo no Brasil. "Não se pode compreender uma empresa à mercê da concorrência", disparou, ao pedir uma política de preços "no mínimo regulada" para os combustíveis (AE).

Seguir com agenda de reformas

Brasília - O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, defendeu, ontem (11), a continuidade da agenda de reformas, durante o lançamento da consulta pública da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O documento mostra que, sem a aprovação de mudanças estruturais, sobretudo na Previdência, o crescimento do País ficará abaixo do potencial até 2031 e a dívida bruta do governo brasileiro ficará ainda maior.

"Precisamos manter o processo de ajuste nas contas públicas, iniciado neste governo com o teto de gastos. Precisamos consolidar a retomada do crescimento sustentado. Para isso, o Brasil precisa seguir com a agenda de reformas estruturantes", disse Padilha. O governo pretende aprovar ainda este ano a Lei de Governança para todos os entes e poderes legislativos (AE).

Copom levará em conta se impacto de choques ocorre por efeitos secundários

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, afirmou ontem (11), durante evento em São Paulo, que o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC levará em consideração, no encontro da próxima semana, que o impacto dos choques recentes sobre a política monetária ocorre através de seus "efeitos secundários" sobre a inflação. "Ou seja, pela propagação a preços da economia não diretamente afetados pelo choque", disse Goldfajn. "Esses efeitos tendem a ser mitigados pelo grau de ociosidade na economia e pelas expectativas e projeções de inflação ancoradas nas metas", ponderou.

De acordo com Goldfajn, "o Copom, em sua reunião de março, avaliou como adequada a manutenção da taxa de juros no patamar corrente, caso as condições se mantivessem". A Selic está atualmente em 6,50%



Presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn.

ao ano. "Na próxima reunião, o comitê analisará essas condições com foco como sempre nas projeções e expectativas de inflação e o seu balanço de riscos e tomará a decisão que considere adequada naquele momento", acrescentou.

Goldfajn fez ainda um diagnóstico sobre o cenário externo que, nas últimas semanas,

"tornou-se mais desafiador e apresentou volatilidade". "A evolução dos riscos, em grande parte associados à normalização das taxas de juros em algumas economias avançadas, produziu ajustes nos mercados financeiros internacionais", afirmou. "O mercado apresenta um comportamento volátil, com uma piora na percepção dos agentes internacionais em relação ao cenário global."

No entanto, ele lembrou que o BC e o Tesouro têm atuado para prover liquidez por meio de leilões de swap cambial - operações cujo efeito é equivalente à venda de dólares no mercado futuro - e para dar liquidez ao mercado de juros. "O BC e o Tesouro Nacional vão continuar oferecendo de forma coordenada liquidez, seja no mercado de câmbio, seja no mercado de juros", disse.

BNDES investindo em 'empresas iniciantes'

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) dará sequência à política de venda de participações em empresas já consolidadas, para investir em empreendimentos que estejam iniciando sua atuação empresarial, informou ontem (11) o presidente da instituição Dyogo Oliveira, na cerimônia de abertura do seminário Mercado de Capitais Brasileiro, na sede do TCU, em Brasília.

A atuação do banco no mercado de capitais, feita por meio da subsidiária BNDES Participações (BNDESPAR), é ampla, por ver nesse mercado "um dos mecanismos mais importantes" para o desenvolvimento do país. Oliveira explicou que o BNDES pretende vender as participações nas empresas já consolidadas, para atuar em empresas iniciantes. "Nosso papel é fazer com que empresas se desenvolvam e beneficiem o país", acrescentando que o BNDES "são negócios de risco que, com o tempo, acabam se revelando, principalmente quando se trata de empresas nascentes".

No mesmo evento, o ministro do Planejamento, Esteves Collnago, disse que essa tendência do BNDES, em meio ao cenário



Presidente do BNDES, Dyogo Oliveira: política de venda de participações em empresas já consolidadas.

de juros em baixa, resultará em uma necessidade maior de o banco assumir mais riscos em seus investimentos. "No entanto é importante que haja compreensão de que este é um negócio de maior risco, mas uma empresa que dá certo já justifica todo o investimento e o esforço nas demais", disse o ministro.

De acordo com Esteves Collnago, os riscos para o BNDES são maiores em períodos como o atual, no qual as taxas de juros são menores, devido ao fato de boa parte dos lucros dos bancos estar associada aos juros por eles cobrados (ABR).

Próxima revisão do PIB pode ser para baixo

São Paulo - O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, admitiu ontem (11), que o governo poderá rever para baixo a previsão oficial sobre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano. Ele observou, porém, que essas previsões são reavaliadas a cada dois meses na programação orçamentária e que não faria revisões a cada semana. As previsões do governo apontam a um crescimento de 2,5% do PIB em 2018, mas o boletim Focus mostrou que o mercado já vê um avanço inferior a 2%.

Após participar de um seminário promovido pelo Goldman Sachs, Guardia reconheceu que, "sem dúvida", a greve dos caminhoneiros trouxe prejuízos ao País, mas avaliou que vê como "exageradas" algumas estimativas sobre o impacto da paralisação no transporte de carga. Lembrou ainda que os economistas já vinham observando perda de ritmo da economia antes da greve. Seguindo o ministro, a paralisação deve ter impacto temporário na atividade econômica.

"Reveremos a previsão a cada dois meses, quando divulgamos a programação orçamentária. Então, vamos continuar fazendo isso. Quando fazemos



Ministro da Fazenda, Eduardo Guardia.

as revisões orçamentárias do ano, sempre saímos com uma nova grade de parâmetros. Esse processo de revisão é contínuo", comentou Guardia. "Pode ser uma revisão para baixo", acrescentou ao ser questionado se, na próxima reavaliação do orçamento, o governo poderá reduzir a previsão ao PIB.

"Vamos esperar a próxima revisão e divulgar os números. O que não quero é a cada semana sair com projeções diferentes para crescimento".

Guardia reforçou que o País precisa fazer as reformas estruturais para assegurar o crescimento sustentável da economia (AE).

"Nostalgia é saudade do que vivi; melancolia é saudade do que não vivi".

Carlos Heitor Cony (1926/2018)
Escritor brasileiro

BOLSAS

O Ibovespa: -0,87% Pontos: 72.307,77 Máxima de +1,06% : 73.716 pontos Mínima de -1,51% : 71.843 pontos Volume: 9,79 bilhões Variação em 2018: -5,36% Variação no mês: -5,79% Dow Jones: +0,02% Pontos: 25.322,31 Nasdaq: +0,19% Pontos: 7.659,93 Ibovespa

Futuro: -0,68% Pontos: 72.320 Máxima (pontos): 73.725 Mínima (pontos): 71.830. Global 40 Cotação: 732,369 centavos de dólar Variação: +0,71%.

CÂMBIO

Dólar comercial no balcão Compra: R\$ 3,7072 Venda: R\$ 3,7082 Variação: +0,09% - Dólar Paralelo Compra: R\$ 3,80 Venda: R\$ 3,90 Variação: +0,26% - Dólar Ptax Compra: R\$ 3,6907 Venda: R\$ 3,6913 Variação: -2,5% - Dólar Turismo Compra: R\$ 3,6830 Venda: R\$ 3,670 Variação: +0,26% - Dólar Futuro (julho)

Cotação: R\$ 3,7175 Variação: -0,01% - Euro Compra: US\$ 1,1785 (às 17h33) Venda: US\$ 1,1786 (às 17h33) Variação: +0,15% - Euro comercial Compra: R\$ 4,3680 Venda: R\$ 4,3700 Variação: +0,23% - Euro turismo Compra: R\$ 4,3270 Venda: R\$ 4,5500 Variação: +0,44%.

JUROS

CDB prefixado de 30 dias, 6,54% ao ano. - Capital de giro, 9,92% ao ano. - Hot money, 1,08% ao mês. - CDI, 6,39% ao ano. - Over a 6,40%.

OURO

Ouro Cotação: US\$ 1.298,90 a onça-troy (1 onça-troy equivale a 31,1035 gramas) Variação: -0,03% - Ouro BM&F (à vista) Cotação: 156,001 Variação: -0,89%.